

## **A RECIPROCIDADE E O EGITO ANTIGO: ALGUMAS PONDERAÇÕES SOBRE O SUBSTANTIVISMO POLANYIANO, O ESTADO E O PARENTESCO**

Alexandre Galvão Carvalho<sup>1</sup>

### **Resumo**

As teses de Polanyi sobre as formas de integração nas sociedades pré-capitalistas, reciprocidade e redistribuição, continuam sendo tema de debates na historiografia sobre as economias e sociedades do mundo antigo. O objetivo deste trabalho é investigar a reciprocidade antes e depois do advento do Estado Egípcio, procurando perceber suas permanências e modificações tanto na esfera doméstica quanto no setor público, levando em consideração a articulação das relações de parentesco com a lógica estatal e a natureza do Estado egípcio.

### **Palavras-chave**

Egito Antigo; Karl Polanyi; Reciprocidade.

---

<sup>1</sup> Professor Pleno do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor em História Social pela UFF. E-mail: alexandre.galvao@uesb.edu.br

## **Abstract**

The theses of Polanyi on the forms of integration in pre-capitalist societies, reciprocity and redistribution, continue to be subject of debates in the historiography on the economies and societies of the ancient world. This study aims to investigate the reciprocity before and after the advent of the Egyptian State, seeking to realize its permanence and changes in both the domestic sphere as well as the public sector, considering the articulation of kinship relations with the state logic and the nature of the Egyptian State.

## **Keywords**

Ancient Egypt; Karl Polanyi; Reciprocity.

## O substantivismo polanyiano em perspectiva

As reflexões do húngaro Karl Polanyi (1886-1964) sobre a sociologia econômica inserem-se em uma corrente de pensamento, intitulada “institucionalista”, de caráter holístico, com uma longa e complexa história, amparada em estudos empíricos dos aspectos institucionais da economia como processo social. No debate da economia antiga, essa tradição de pensamento encontra no sociólogo Max Weber um de seus precursores, que ao escolher o terreno institucional, sublinhou as características próprias, específicas, do lugar ocupado pela economia na sociedade clássica antiga.

Outro traço marcante do institucionalismo, que o liga ao marxismo, apesar de divergência em relação a alguns aspectos evolucionistas, é o acento na peculiaridade da sociedade moderna. A ruptura com as sociedades pré-modernas está presente nas análises de Marx (2011), Weber (2004) e Polanyi (1977), e da chamada Escola Alemã da Economia Política, cujos representantes mais ilustres em relação ao debate da economia antiga são Karl Rodbertus (1908) e Karl Bücher (1901), protagonistas do debate do *oikos*, do final do século XIX, representando os primitivistas e oposição aos modernistas<sup>2</sup>. É neste caudal intelectual que toma corpo o substantivismo polanyiano, perspectiva que procura mostrar as diferenças específicas da organização sócio-histórica de cada sistema econômico do passado.

A perspectiva substantivista polanyiana opunha-se aos *formalistas*, que atribuem à antropologia econômica o estudo de uma variedade de comportamentos humanos, que consiste em combinar os meios determinados e escassos para atingir fins específicos. Essa corrente de pensamento, afinada com os neoclássicos, defende seus princípios para todas as sociedades. Por outro lado, Polanyi e seus signatários entendem ser a economia de uma sociedade as formas e as estruturas sociais de produção, distribuição e circulação dos bens materiais que caracterizam esta sociedade em um dado momento de sua existência. Os substantivistas se recusam a aplicar a todos os sistemas econômicos categorias teóricas empíricas cuja utilização acreditavam se restringir à análise de economias de mercado como, por exemplo, salário como preço do trabalho, sendo este um fator da produção entre outros. O modelo polanyiano tem como grande mérito a suposição de que os processos econômicos presentes nas sociedades não são independentes da cultura e nem universais, mas estão imersos (*embedded*) no contexto social e político no qual a economia existe.

---

<sup>2</sup> Para um melhor conhecimento do debate do *oikos*, ver Carvalho (2007, 2011).

Ao voltar seu interesse primordial para as interações entre os homens e as principais organizações que regulam a vida das pessoas em um dado contexto, Polanyi aprofundou a perspectiva institucionalista de Weber (2004), Mauss (2003) e, no campo da antropologia, Malinowski (1984) e Thurnwald (1932)<sup>3</sup>. A partir desses trabalhos, Polanyi tomou as sociedades primitivas para formular sua alternativa anti-mercadista e concluiu que a economia do homem, em geral, está imersa em suas relações sociais.

O envolvimento de Polanyi nestes debates não pode ser dissociado de sua formação política, moldada inicialmente pelo marxismo e sociologia do conhecimento. Contudo, seu pensamento se distinguiu do marxismo ortodoxo por sua ênfase na subjetividade, característica comum entre os fundadores do marxismo ocidental. A preocupação de Polanyi com os problemas do socialismo, pelo menos em parte, pode ser explicada pelo contexto do mundo pós-guerra, onde, além da Rússia, partidos socialistas ocupavam posições influentes na Europa Oriental e Central. A Áustria, onde Polanyi residia, estava na vanguarda do avanço socialista, com propostas independentes tanto do bolchevismo russo quanto da democracia social alemã.

Segundo Stanfield (1986, p. 6), o socialismo de Polanyi não era tanto uma matéria de ação política, mas sim, a crença em uma superioridade moral e a qualidade de vida social do socialismo em relação ao capitalismo. Acreditava que somente o socialismo poderia superar a atmosfera desmoralizadora da sociedade capitalista mercantil com sua economia desenraizada e permitir a subordinação da economia para os fins da comunidade humana. Esta perspectiva é compartilhada por Nafissi (2004, p. 130), que acredita que o socialismo e o primitivismo de Polanyi eram os dois lados do mesmo argumento. O socialismo era, porém, uma forma moderna de formações redistributivas (e recíprocas) que em sua visão eram ubíquas em toda a história. Contra o determinismo daqueles que pregavam que a realidade social e as circunstâncias determinavam o curso

---

<sup>3</sup> A abordagem polanyiana sobre a economia e o mercado confere às “instituições” um significado especial. Segundo Maucourant (2007, p. 4), a instituição é o que dá estabilidade aos comportamentos individuais, um arranjo particular das partes em relação a toda a sociedade e se refere a fatores psicológicos, sociais e econômicos. Assim entendida, a instituição está muito próxima do conceito de “fato social total”, desenvolvido por Mauss, pois, nas instituições é possível entender as modalidades do processo de reprodução social. Os estudos de Thurnwald e Malinowsky procuraram demonstrar que as relações econômicas confundiam-se com as relações de parentesco ou políticas nas sociedades primitivas.

da história, Polanyi afirmava que a economia humana era um conjunto de relações morais que deviam ser estudadas por pessoas que se moviam dentro destas relações. Sua experiência com as guerras e o contato com os operários ingleses reforçaram sua convicção de que uma existência humana em uma sociedade industrial só podia ser assegurada por uma revolução cultural que viabilizasse a subordinação da economia à comunidade humana. (Stanfield, 1986, p. 15-16)

Tal perspectiva alimentou seu compromisso democrático e sua aproximação com a Antropologia, na qual ele encontrou uma tradição não essencialista em que a experiência humana podia ser expressa por meio de um método baseado no conhecimento empírico concreto. Os elementos econômicos e extra econômicos possibilitou-lhe trabalhar com os símbolos interpessoais e a ação dos homens em qualquer grupo dado. Para Stanfield, este interesse pelas sociedades pré-capitalistas não estava em conflito com o socialismo de Polanyi, pois se o socialismo era a subordinação da economia à comunidade humana, as sociedades pré-capitalistas, com sua economia *embedded* no contexto total do grupo humano, eram o campo mais fértil para entender aquela subordinação. (Stanfield, 1986, p. 15-17)

### **O debate entre substantivistas, formalistas e marxistas sobre as formas de integração no Egito antigo**

Em 1924, Marcel Mauss em seu *Essay sur le don, forme et raison de l'échange dans la sociétés archaïques* considera a reciprocidade um fato social total em que se expressam fenômenos institucionais de caráter religioso, jurídico, moral, político e econômico. Sob o manto da troca de presentes voluntárias, mas na verdade obrigatórias, Mauss desvenda o processo de prestações recíprocas, pela qual os indivíduos se ligam por meio de obrigações - dom e contra dom -, que se não cumpridas, os colocam à margem do convívio social (Mauss, 1971,157-177).

A partir da observação empírica, Polanyi demonstra que as principais formas de integração são a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio, todas elas relativamente independentes dos objetivos e do caráter dos governos.

A reciprocidade supõe movimentos entre pontos correlativos de agrupações simétricas; a redistribuição consiste em movimentos de apropriação em direção a um centro primeiro e, posteriormente, deste

centro para fora novamente. O intercâmbio implica em movimentos recíprocos como os que realizam os “sujeitos” em um sistema de mercado. Polanyi ressalta que os meros agregados das condutas individuais não bastam para produzir as estruturas. A conduta de reciprocidade entre os indivíduos só integra a economia se já existirem estruturas organizadas simetricamente, como os sistemas simétricos de grupos unidos pelo parentesco. Do mesmo modo, a redistribuição pressupõe um centro para onde se dirigem os recursos da comunidade. Finalmente, os atos de troca no plano individual só produzem preços se estiverem enquadrados em um sistema de mercados criadores de preços, uma estrutura que não sugere, de forma alguma, atos de troca efetuados ao acaso (Polanyi, 1976, p. 296-297).

A reciprocidade significa que a pessoa certa, simetricamente posicionada, na ocasião certa deverá reenviar um tipo certo de objeto. O comportamento adequado é aquele da equidade e consideração. De acordo com Polanyi, qualquer que seja a razão em uma sociedade que dá preferência à equidade, essa tende a desencorajar as manifestações de autointeresse econômico – de barganha – nas relações de dom e contradom (Polanyi, 1977, p. 40). O egiptólogo substantivista J. J. Jansen em dois artigos, *Gift-Giving in Ancient Egypt as an Economic Feature* (1982) e *Debts and Credit in the New Kingdom* (1994), investigou o dom e contradom e o débito e crédito no Antigo Egito. O autor apresenta dois exemplos relevantes na sociedade egípcia sobre a reciprocidade no seio da sociedade, a partir de numerosos *ostracos* vindos de Der el-Medina. O primeiro exemplo é a presença de listas de nomes, seguidos pela menção de alimentos ou pequenos objetos de usos diários em vários *ostracos*. As fontes informam que todo o alimento foi dado a um único homem durante o noivado de sua família e provavelmente consumido no evento. A entrega de presentes em ocasiões especiais não é surpresa, mas as anotações feitas pelo recebedor dos nomes das pessoas que lhes entregavam os presentes, não sendo esses textos documentos legais, nem contratos efetivos, nos mostram que o objetivo das anotações é refrescar a memória do recebedor, visto que em algum momento, ele teria a obrigação de retribuir um presente similar em uma ocasião futura. Daí a necessidade de anotar cada nome seguido de um registro de comida (Jansen, 1982, p. 254-258). O segundo exemplo, no qual Jansen analisou outro grupo de *ostracos*, revela um sistema de crédito aberto, no qual a compra de um boi, por exemplo, era paga com vários objetos. O vendedor exigia várias mercadorias pela venda do boi e o comprador que não possuía as mercadorias exigidas pedia a seus parentes, amigos e vizinhos as mercadorias necessárias, que, em geral, eram dadas

ao comprador, tornando-se o doador da mercadoria o credor do comprador, devendo em um futuro próximo solicitar também mercadorias ou serviço do comprador. Novamente o comprador e credor anotavam tudo nos *ostracos* (Jansen, 1994, p. 129-136).

Portanto, todos os membros da comunidade podiam ser devedores e credores de várias outras pessoas, regidos por um rígido controle social. Jansen chamou esse modelo de *reciprocidade generalizada*, no qual as relações de troca estão submetidas à manutenção das boas relações em vez do ganho a curto prazo. Apesar de Jansen afirmar que este modelo não significa que todos agem de forma generosa e que os interesses próprios estavam presentes nessa sociedade, ele ressalta o controle social como um freio a excessivos egoísmos e a impossibilidade de lucros (Jansen, 1994, p. 136). A análise de Jansen aponta para a permanência da reciprocidade com pouca interferência do Estado e como oposição a trocas mercantis, pois as doações estavam amparadas por equivalências substitutivas, quando um bem pode ser substituído por outro com o mesmo valor, validadas pelos costumes.

A redistribuição surge dentro de um grupo quando a distribuição das mercadorias (incluindo terras e recursos naturais) está centralizada e se realiza seguindo costumes, leis ou decisões. Em algumas ocasiões, consiste na arrecadação física do produto, acompanhada de armazenamento e redistribuição; em outras, a arrecadação não é física, mas sim jurídica, como no caso dos direitos sobre a localização física dos bens. A redistribuição pode estar presente tanto em tribos primitivas como em civilizações de extensos sistemas de armazenamento, como no Egito, na Suméria, Babilônia e no Peru (Polanyi, 1976, P. 299). Pesquisas etnográficas demonstram que em algumas tribos, havia um intermediário na pessoa do chefe ou outro membro proeminente do grupo, que era quem recebia e distribuía os suprimentos, principalmente se houvesse necessidade de armazenamento. A redistribuição poderia ser feita por uma família influente ou por um indivíduo importante, uma aristocracia dominante, ou um grupo de burocratas. Em todas estas situações, os setores sociais tentavam aumentar seu poder político pela forma de redistribuição dos bens. Uma função importante do chefe era arrecadar e distribuir riquezas em festivais, solenidades religiosas, festas mortuárias, visitas de estado, colheitas e outras celebrações. A redistribuição física ou disposicional só se dava pelo movimento em direção ao centro e o movimento subsequente em direção oposta com uma organização central não somente política, mas

também econômica. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social.

Egiptólogos próximos da perspectiva polanyiana, Jansen (1982) e Bleiberg (1996), reafirmam que a estrutura econômica do Egito Antigo era organizada sobre o princípio da redistribuição, sendo o excedente produzido pelas *households* camponesas, arrecadado pelas autoridades estatais e templárias e redistribuído posteriormente aos diversos segmentos da sociedade: funcionários, sacerdotes, o exército, trabalhadores da necrópole. Jansen afirma que as cidades seriam uma superestrutura sobre uma sociedade camponesa, formada de *households*, em grande parte autossuficientes em relação aos produtos de primeira necessidade. As mercadorias não produzidas pelas *households* ou que não chegavam a elas por meio da redistribuição eram adquiridas por escambo ou no mercado, que representava uma parte periférica no sistema de trocas (Janssen, 1982, p. 253). De acordo com Bleiberg, o *inw*, presente oficial, transação que expressa uma relação socioeconômica entre o rei e outros indivíduos ou instituições, era parte do processo redistributivo e de um sistema total (Bleiberg, 1996, p. 117).

O intercâmbio, como forma de integração, requer um sistema de mercados criadores de preços em que há três tipos de troca: o movimento puramente físico de uma “troca de lugares” entre os sujeitos (intercâmbio operacional); o movimento apropriativo de intercâmbio a uma equivalência fixa (intercâmbio acordado); e os movimentos apropriativos de intercâmbio a uma equivalência negociada (intercâmbio integrador). Quando a troca se produz a uma equivalência fixa, a economia não está integrada pelo mercado, mas sim pelos fatores que fixam o tipo de equivalência. A troca produzida a uma equivalência negociada era assinalada pela presença do regateio, em que, para o intercâmbio ser integrador, a conduta das partes deve estar orientada a produzir um preço que favoreça ao máximo cada uma das partes. A barganha não é o resultado da fragilidade humana, mas um padrão de comportamento logicamente exigido pelo mecanismo do mercado. A troca a preços flutuantes, diferente da troca de preço fixo, tem como objetivo um ganho que só se pode conseguir por uma atitude de claro antagonismo entre as partes interessadas, daí a proibição, nas sociedades arcaicas, das transações motivadas pelo ganho, particularmente, no que se refere aos artigos de primeira necessidade (Polanyi, 1976, p. 300-301). Assim como a reciprocidade, a redistribuição ou mesmo a domesticidade (*household*), o princípio do intercâmbio pode ocorrer em uma sociedade sem ocupar o

lugar primordial, em uma sociedade na qual outros princípios estejam em ascendência (Polanyi, 2000, p. 76).

Moris Silver, formalista “ortodoxo”, fervoroso crítico de Polanyi, afirma que a posse privada, bem como a venda e o arrendamento de terra são achados em toda a história egípcia, contrapondo-se à perspectiva de que economia egípcia seja dominada pela redistribuição. Ademais, a carta de um fazendeiro datando aproximadamente de 2000 a.e.c. se refere à venda de trigo e a empréstimos de grão com referência a juros. Empréstimos de grão feitos por mercadores egípcios (*šwty*) para “camponeses” se encontram no Papiro Lansing, que data para o final do segundo milênio. (Silver, 1983, p.801). Barry Kemp (1996), egiptólogo formalista, de forma mais moderada que Silver, se contrapõe à possibilidade de um sistema dominado pela redistribuição no Egito antigo, sob o argumento de que a esfera pública não consegue satisfazer todas as demandas da sociedade. As manifestações em fontes textuais de atividades econômicas de caráter privado, cujas atividades mercantis seriam a resposta a estas demandas, mais presentes em períodos intermediários, seriam uma prova de enfraquecimento da esfera pública em detrimento da privada (Kemp, 1996, p. 327-330). O mercado auto-regulado seria uma ilusão, pois os modernos mecanismos de mercado estão intricados no setor público da administração, no qual realizam parte de sua tarefa. Assim, o Estado não regulou de maneira explícita preços e medidas, que eram fixados sozinhos em um padrão irregular (Kemp, 1996, p. 301-330). David Warburton (1998) defende a presença de mercados no Egito antigo e utiliza a Teoria Geral de Keynes como modelo de explicação da economia egípcia, posto que sua preocupação está voltada para uma teoria macroeconômica, deixando de lado questões microeconômicas, como comércio e mecanismos de troca. A interpretação keynesiana da economia egípcia antiga, segundo Warburton, ilumina características específicas da economia egípcia, deixando de lado especulações econômicas irrelevantes, dadas as condições do Egito antigo, que ele atribui à perspectiva polanyiana, voltada para questões microeconômicas que não explicam os aspectos mais gerais da economia egípcia (Warburton, 1998, p. 144-152).

Apesar de crítico à posição formalista, o antropólogo marxista Maurice Godelier (1976) critica o enfoque empírico de Polanyi, por seus conceitos abstratos, formais, que privilegiam as aparentes semelhanças, mas não as diferenças. Godelier (1984) critica Polanyi por não procurar o que está por trás das instituições, aproximando sua visão dos formalistas. O fundamento das relações de compatibilidade recíproca entre certas formas

de economia e certos tipos de relações sociais só é encontrado nas *propriedades* dessas *relações* sociais. Não basta fazer o inventário das sociedades e descobrir em cada uma delas a instituição que a domina para poder assim saber que lugar ocupa e que papel desempenha a economia. É necessário perceber o “papel” desempenhado pelas relações econômicas e seus “efeitos” sobre o funcionamento e a evolução das sociedades. Para isto, é necessário analisar a *causalidade específica de todos* os tipos de relações sociais sobre a *reprodução* dos sistemas aos quais pertencem, ou seja, sobre a reprodução de diferentes modos de vida. O estudo da manutenção da unidade e da estabilidade dos sistemas sociais só pode ser compreendido por meio de sua História, pois nem todos os níveis e formas de prática social têm a mesma importância para a reprodução de um sistema social, para sua manutenção, sua transformação e seu desaparecimento. Esta hierarquia dos efeitos das formas de prática social revela a existência de uma causalidade diferencial desses níveis e dessas formas da prática social. Uma hierarquia dos níveis da organização social. Por isso, se deve descobrir quais são as causas primeiras desta hierarquia e as relações que determinam a reprodução (funcionamento e evolução) dos sistemas sociais (Godelier, 1984).

Ciro Cardoso, egiptólogo marxista, em acordo com a economia política, acredita que as condições e formas de produção, troca e distribuição social da riqueza são intimamente ligadas entre si, em uma perspectiva histórica. Por meio desta definição, radicalmente histórica, o econômico é percebido de forma mais ampla em relação aos mercados ou escassez, com muitas variáveis que, hoje em dia, seriam consideradas extra-econômicas. Assim, para este autor o Egito antigo nem era moderno, nem ocidental, e uma análise da economia e da sociedade do Egito dos faraós deveria priorizar as relações de produção, observando as estruturas e hierarquias sociais, o acesso extremamente desigual dos diferentes grupos sociais aos recursos disponíveis e as relações sociais de produção (Cardoso, mimeografo, p. 65-76).

Apesar dessas críticas marxistas, há pontos em comum de Polanyi com Marx. De acordo com Cangiani (2012), Polanyi acentua, em comum com Marx a peculiaridade da sociedade moderna e a transformação da grande maioria dos bens em mercadoria em um modo de produção específico, o capitalista. Além disso, há uma aproximação da perspectiva marxista como objeto primário da análise institucional: “a questão da organização sócio-histórica de cada sistema econômico, considerado como um todo” (Cangiani, 2012, p. 17). Assim, a crítica marxista do capitalismo que

encontra seu alicerce na distinção do capitalismo de todas as sociedades precedentes é também o alicerce da análise institucional e comparativa dos sistemas econômicos e sociais defendida por Polanyi.

### **As sociedades primitivas e a emergência das transações econômicas**

De acordo com Karl Polanyi, nas sociedades primitivas as transações econômicas não estão salvaguardadas em instituições especificamente econômicas; elas estavam imbricadas na esfera do parentesco, do Estado e da religião, geradores do sistema de *status*, dos quais as transações econômicas eventualmente tendem a se desgarrar. A emergência do Estado foi um marco divisor entre a sociedade tribal e a arcaica. A gradual emergência do econômico de seu engastamento no tecido social, em termos de “modo de vida” e “*status*”, só é possível se as atividades econômicas se diferenciarem dos processos gerais da vida, se a terra mudar de mãos, independentemente da posição das pessoas envolvidas na negociação e se a honra não mais for identificada com riqueza e nem a riqueza com honra. Neste sentido, a emergência das transações econômicas no seio do tecido social nas sociedades arcaicas ainda não é suficiente para caracterizar o econômico como aspecto distinto da unidade social mais ampla, mas apresenta já diferenciações em relação à sociedade tribal. A guerra e o comércio, elementos que contribuem para a formação do Estado, requerem meios, como homens, gado e materiais, que resultam em instituições novas.

Assim, de acordo com Polanyi, a emergência das transações econômicas nos Estados arcaicos não rompeu com a solidariedade tribal, nem com seus mecanismos redistributivos, posto que, as transações de *status* ainda permanecem vinculadas às econômicas, apesar de tal surgimento permitir aos indivíduos usar com mais liberdade os recursos econômicos disponíveis. Portanto, essas transações econômicas penetram de forma diferente no tecido social dessas primeiras sociedades em seu desenvolvimento político e econômico, entretanto, mantêm as exigências de solidariedade e equivalências das sociedades igualitárias.

O Egito antigo, para Polanyi não foge a essa regra, estando as transações econômicas subordinadas a um aperfeiçoamento dos métodos de direção da economia redistributiva (Polanyi, 1977, p. 57-59). Neste artigo, desenvolveremos a hipótese, partindo do referencial teórico polanyiano, de que o advento do Estado faraônico não transforma, de forma abrupta, o sistema de prestações preponderante na sociedade tribal, mas se apropria deste sistema em proveito de uma classe dominante. Portanto, a

redistribuição no Estado egípcio é uma sobreposição do sistema de prestações recíprocas da sociedade tribal, amparada na lógica do parentesco, subsumida pela lógica estatal.

### **A permanência de estruturas pré-estatais no seio da lógica estatal egípcia**

As mudanças advindas do surgimento do Estado, por volta 3100 a.e.c., promovidas no seio da comunidade aldeã, ao longo da história egípcia, assumem um caráter relevante para o entendimento da transformação da lógica parental e de suas formas de reciprocidade. Dois elementos serão considerados, os conselhos e a organização do trabalho.

Apesar do grande debate em torno da autonomia das comunidades aldeãs em todo o período estatal, podemos afirmar que continuaram sob a alçada da comunidade as tarefas associadas à irrigação artificial e a administração da justiça. O governo local mantinha sua autonomia em relação a essas questões, pois o poder faraônico se interessa pelo camponês como parte de uma unidade global para o pagamento de tributos e não por cada indivíduo em particular (Campagno, 2006, p. 28). Dessa forma, as práticas de tributação invocam a lógica do parentesco, pois o desenvolvimento de trabalhos coletivos de cunho hidráulico se encontra no âmbito das prestações recíprocas no seio da tribo. O Estado irá se utilizar das *philé*, equipe rotativa de trabalho, originada em famílias estendidas ou grupos locais, estabelecidos sobre as linhas do parentesco.<sup>4</sup> Assim, a organização do trabalho para fins de tributação está amparada na reciprocidade tribal, sobrepondo-se à lógica parental e tribal, com a elite estatal se utilizando da capacidade articuladora do parentesco e de suas formas de integração.

---

<sup>4</sup> Os egípcios chamavam de *sau* e os gregos traduziram como *phylé*. Trata-se de um sistema de organização do trabalho em equipes, com conotação temporal: equipes que atuam revezando-se. A evolução das *phylé* como instituição ocorreu em paralelo ao desenvolvimento do Estado. “Emergindo de seu caráter original como um sistema totêmico de clãs que serviam para identificar e regulamentar as lealdades pessoais e familiares que formam a base de uma sociedade primitiva, desenvolveu-se como um mecanismo burocrático que organizava numerosas pessoas para tarefas tão variadas quanto construir pirâmides ou lavar e vestir a estátua de um rei morto. Durante seu desenvolvimento, o sistema perdeu algo de sua complexidade primitiva e de suas associações com o rei (...). Portanto, há elementos duradouros que sugerem que as raízes pré-históricas das instituições sociais primitivas eram fundamentais para a sofisticada sociedade egípcia do Reino Antigo do que pareciam”. ROTH, Ann Macy. *Egyptian philes in the Old Kingdom: The evolution of a system of social organization*. Chicago: The Oriental Institute, 1991, p. 216.

Outro elemento que merece destaque é o papel dos conselhos e dos chefes locais como forma de organização política das aldeias ao longo do período pré e pós-estatal. Os conselhos desempenham em suas origens um papel importante no gerenciamento hidráulico. Após o aparecimento do Estado, os conselhos assumem funções subalternas do Estado político e o termo que designa os conselheiros, “magistrados”, “grandes” ou “magnatas”, *wrw*, apesar de não estar ligado a nenhum cargo no Estado, passa a designar com o tempo uma categoria de funcionários da administração central (Frizzo, 2016, p. 103-107).

O formalista Christopher Eyre escreveu em 2016 um artigo intitulado “Reciprocity, retribution and feud”, no qual parte do pressuposto de que a ideologia padrão do registro textual exclui deliberadamente o comportamento não hierárquico ou anti-hierárquico e não reflete a dinâmica de relacionamentos que não são penetrados pelo governo, ou que ficam fora das estruturas sociais hierárquicas, posto que as relações sociais repousam na expectativa de reciprocidade, expressas na ideologia da lealdade recíproca como premissa central da hierarquia. Eyre procura mostrar que os motivos de vingança, vendeta, autoajuda legal e contenda eram profundamente indecorosos, relacionados com modelos de identidade pessoal, centrados na competência individual, autoconfiança e resistência social, aparecendo somente irregularmente nas fontes antigas, em contraponto aos textos ideológicos no qual os deuses, o rei e o homem rico cumprem o papel de patronato na estrutura social e hierárquica, identificando a proeminência social com uma relação de proteção aos socialmente mais fracos. Assim, o egiptólogo formalista salienta, por meio das frestas da documentação textual, que os egípcios não eram incentivados a procurar os tribunais do Estado para resolver suas contendas, mas que deviam em primeiro lugar procurar um protetor local forte ou uma mediação por meio de conselhos locais. Ressalta a ausência de um judiciário institucionalizado do Estado ou de um sistema de tribunal do Estado de acesso aberto nos ensinamentos de Ankhsheshonqi (8, 11): “Não vá ao tribunal contra o seu superior quando você não tem proteção (*nht.t*)”. Portanto, a apelação a um tribunal não era a primeira reação de um egípcio que tinha sido injuriado; e não era recomendado ou incentivado como um curso de ação na literatura erudita. Apelar à autoridade hierárquica era o recurso do homem fraco e não do homem severo (Eyre, 2016, p. 163-179).

Dessa forma, o autor afirma que a fraqueza de uma autoridade central incumbida da lei e de uma efetiva fiscalização centralmente controlada será

necessariamente acompanhada de atitudes e estratégias de autoajuda. Portanto, as estruturas locais de patronato e hierarquias sociais locais foram centrais para a organização social dos estratos mais baixos no Egito faraônico. A penetração do Estado, idealizada como um patronato impessoal nas ações dos funcionários e apelo impessoal foi de efeito limitado e irregular (Eyre, 2016, p. 178-179) Essa conclusão, vinda de um formalista, não pode obscurecer nossa visão em relação ao papel e às características do Estado Egípcio em relação à sua fragilidade ou capacidade de intervenção na esfera doméstica. De acordo com Frizzo (2016, 94), não podemos compreender aspectos da fragmentação do Estado como fragilidade do poder, mas, a partir do princípio do descentramento, entender que o poder central se efetiva por meio do poder local, que se fortalece representando o poder central. Assim, diferente de Eyre, as estratégias de aldeões de autoajuda, de patronato e conselhos locais não são antagônicas à lógica estatal, com seus conselhos e burocratas impessoais, mas se encontram como componentes do poder estatal, mesmo que distante destes, pois não apresentam em nenhum momento uma lógica oposta ao Estado, mas complementar. Neste sentido, as estratégias de autoajuda e de solidariedade social na esfera privada não se antagonizam à lógica estatal, mas não atenuam os conflitos e contradições no seio do sistema, que repousam nas greves de trabalhadores por conta de rações ou de conflitos no interior da elite estatal e da corte.

### **A reciprocidade no âmbito estatal e religioso: reapropriações e transmutações**

Como já dissemos, as lógicas parentais e estatal se encontram articuladas em várias esferas. Se no âmbito doméstico, podemos perceber uma autonomia do setor privado e a permanência de práticas reciprocitárias advindas do período pré-estatal, no âmbito público, as transformações advindas do papel estatal se mostram mais evidente por meio de práticas da redistribuição, mas que também não extinguem algumas práticas pré-estatais, em particular, àquelas relacionadas com as equivalências. No caso do Egito Antigo, a redistribuição com o advento do Estado faraônico não representa um corte abrupto em relação a práticas e tradições pré-estatais, mas uma ressignificação das mesmas, podendo ser interpretada como uma forma de reciprocidade de caráter vertical, pois já não se dá entre iguais, mas sim entre uma classe privilegiada, no caso das diversas formas de reciprocidade no interior da elite estatal e entre esta classe e o resto da

sociedade, que vivia em relativa pobreza, sendo sua cultura material pouco diferente da dos tempos neolíticos.

A elite egípcia, integrante do aparelho estatal, envolvida em práticas coercitivas oriundas do monopólio estatal, também se organizava a partir de direitos e obrigações anteriores à lógica estatal. Os chefes locais, com o advento do poder central, passam a uma posição de sub-elite e, como mediadores, representam o poder estatal frente às comunidades (Frizzo, 2016, p. 103), sendo as alianças matrimoniais um elemento fundamental de fortalecimento da hegemonia do setor dominante. O faraó recompensa os altos funcionários com terras, atribui-lhes herdades templárias, ouro, pedras preciosas ou promoções na condição de filhos, inclusive dando sua filha em casamento.

O *inw*, presente oficial, estudado por Bleiberg (1996), ao longo dos vários períodos da história do Egito Antigo, é uma transação que expressa uma relação socioeconômica entre o rei e outros. De acordo com Bleiberg, os egípcios nomeavam as transações econômicas de acordo com o *status* social dos participantes da transação e o grupo institucional da transação, especialmente se as instituições envolvidas eram reais ou divinas. Daí as mesmas mercadorias serem trocadas sob a rubrica de *inw* e *bAkw(t)* nos anais de Tutomeses: *inw* são as transações entre o rei e outro indivíduo e *bAkw(t)* durante o Reino Novo, são trocas entre duas instituições, geralmente um templo e um país estrangeiro. Partindo desse pressuposto, o caminho mais curto para se alcançar *status*, riqueza e poder é o favor real. Os homens alcançam prestígio quando eles ganham elogio do rei e são recompensados de diversas formas, desde equipamentos para tumbas até presentes com utilidade nessa vida (Bleiberg, 1996, p. 4-28). O *inw* também é traduzido como tributo ou doação, uma reserva privada do faraó e deveria ser utilizado para necessidades pessoais do rei e revertidos para a doação de dádivas aos deuses, aos chefes estrangeiros, manutenção da família real e pagamento de trabalhadores. As “cerimônias de recompensa” no palácio se realizavam em ocasiões especiais nas quais o faraó presenteava seus oficiais e burocratas, e membros da família real, os *imakhu* (os privilegiados), recompensados pela lealdade e bons serviços prestados (Pellini, 2000, p. 147).

O *Inw* era também composto por uma série de bens de consumo ou de luxo enviados pelas áreas vizinhas, dominadas ou não, diretamente para o faraó. Em um artigo sobre os dons e contradons entre governantes no apogeu da idade do Bronze, escrito em 2004, Ciro Flamarion Cardoso analisa as correspondências dos faraós egípcios com os reis da Babilônia,

Assíria, Mitani, Hitita e Chipre. Nas correspondências mantidas entre os reis, eles se tratam como irmãos e, nessa qualidade, trocam presentes entre si. Cada reino é uma “casa” (*household*) e os membros do reino constituem a “família” (esposas, filhos, nobres, tropas, cavalos, carros de guerra). Essa é a moldura ideológica que envolvia grandes quantidades de bens que abasteciam os diferentes reinos em matérias primas e artigos de luxo (Cardoso, 2004, p. 95-100). Todo o conteúdo que subjaz as correspondências - que selam alianças políticas e militares - delimitam com quem cada rei mantém relações de reciprocidade, criando as condições de complementaridade de abastecimento de áreas produtivas distintas, amparado em uma lógica parental. O tratamento de irmãos e a caracterização de dons e contradons traduzem essa lógica, mesmo que, para o seu reino, o faraó traduzisse esses presentes como tributos para mostrar o seu poder ao seu povo. Isso é uma demonstração de como a lógica redistributiva se transmutava em uma lógica de prestações de presentes para atingir os objetivos estatais e, conseqüentemente, redistributivos.

A ideia em várias sociedades pré-estatais de que as relações políticas e hierárquicas entre os homens e mulheres são legitimadas por relações com o mundo sobrenatural é amparada pela crença de que as forças sobrenaturais inventaram a ordem cósmica e a entregaram a seus ancestrais, levando os homens a preservá-la e reproduzi-la. No Egito Antigo, os mitos da criação, apesar de não convergentes, são variantes de um conceito razoavelmente uniforme da criação do universo, que repousa na premissa de que toda a existência se derivou de uma fonte original, cujo momento da criação é caracterizado pela transformação da unidade do deus criador em múltiplas formas de vida em todo o mundo. Entretanto, antes da criação, havia um estado de não existência caracterizado por uma escuridão total e águas limitadas, no qual o criador emergiu e criou o universo. Portanto, a criação não oblitera o estado de não existência, que permanece nos limites do mundo criado (David, 2002, p. 118-119).

Em várias “sociedades pré-estatais”, as origens permanecem como um fundamento da ordem cósmica e social, co-presente no presente. A origem é uma fundação que transcende o tempo e que, em uma perspectiva cíclica, se repete continuamente. As relações sociais se legitimam em uma ordem imutável e sagrada, que encontra suas origens em relações extra-humanas. No caso do Egito Antigo, a religião oficial foi estruturada em torno de Rá e Osíris, enfatizando a renovação contínua como impulso ideológico de uma permanência de longa tradição. Assim as transformações que estavam

ocorrendo no âmbito político durante a passagem da sociedade igualitária para a estratificada não enfatizavam o papel do rei como alguém que estava rompendo as tradições, mas sim dando continuidade a elas. Os sacerdotes se empenham em apresentar uma imagem de que nada de fundamental estava mudando, quando na verdade tudo estava se transformando em relação à organização social. Desde os tempos neolíticos, o controle da natureza se encontra no âmbito de forças sobrenaturais. A classe sacerdotal converte este controle para a alçada de deuses, que se encontram diante de forças hostis, somente podendo ser apaziguadas por meio de rituais e oferendas sob a responsabilidade de sacerdotes e do faraó.

Ora, até aí não há grandes diferenças em relação a muitas outras sociedades organizadas sob a forma de chefias ou estatais do mundo antigo. Contudo, no Egito Antigo, o Faraó monopoliza os meios imaginários e reais da produção da vida, concentrando em suas mãos todos os poderes que, em outras sociedades, poderiam ser separados. Como um deus que vivia entre os homens, ele era responsável pela vida de todos os seres vivos; sua essência divina, o seu *Kâ*, era a fonte de vitalidade que animava todas as criaturas vivas. Assim toda a autoridade procedia do faraó, pois seu poder era cosmogônico, sua ação se estendia ao plano natural, divino e humano. Segundo Godelier (2001, p. 289), os homens lhe devem tudo. Esta dívida permanente dos homens com o faraó os leva a uma submissão voluntária, sendo seu consentimento mais poderoso que a violência exercida pelo monarca, monopólio do poder estatal. Isto não quer dizer que essa dívida original dos humanos em relação aos deuses, em particular com o faraó, tenha obliterado a coerção, o uso e o monopólio da força e violência pelo Estado, porém essa dívida não poderia ser paga em nenhum tempo, pois nenhum contradom saldava ou podia compensar o que o faraó, ou o deus vivo, dava: a vida, o cosmos, as colheitas, a dádiva do Nilo. Nesse sentido, a religião forneceu o paradigma para que “alguns exercessem o monopólio das condições imaginárias de reprodução da vida” (Godelier, 2001, p. 290).

A reciprocidade dos vivos em relação aos mortos e defuntos do período tribal, que garantia proteção ou estimulava a fertilidade, foi reapropriada pelas classes dominantes ao solidificar a ideia de que seres sobre-humanos, ligados aos humanos pela figura do faraó, necessitavam de preces, oferendas, sacrifícios, mas também obediência e respeito. Uma reciprocidade de caráter vertical muito mais profunda do que a reciprocidade horizontal do período pré-dinástico, sem equivalências

substitutas, pois todo o trabalho desenvolvido por meio da corveia, todo o tributo em espécie não era suficiente para retribuir o que o faraó oferecia. É exatamente essa reapropriação da reciprocidade tribal que cria as condições concretas e ideológicas da redistribuição e da sociedade de classes. O papel da religião aqui fornece um modelo de poder e legitima o lugar diferente dos faraós na sociedade pela diferença em sua origem, criando uma obrigação de prestações totais entre desiguais. Essa é uma particularidade do Egito Antigo, pois a religião é a moldura ideológica que viabiliza a redistribuição levada a cabo pela ordem estatal, no qual o monopólio dos meios imaginários (para nós) e reais de produção da vida pelo faraó, caracterizam seu poder como cosmogônico, pois o cosmos só poderia estar em equilíbrio por meio de sua existência.

Junto a essa reapropriação, o sistema redistributivo egípcio pode também ser explicado pela sua organização estatal, gerida pelo princípio do “descentramento”, que eficazmente se apropria das formas de reciprocidade que guardam suas raízes no sistema tribal. O “descentramento” estatal se amparava em uma sobreposição de tradições que remontavam ao período pré-estatal. Além do mais, não podemos esquecer que há uma forte continuidade entre os agricultores aldeões do Pré-Dinástico e seus similares do período dinástico, com poucas inovações tecnológicas. O Egito faraônico permaneceu, em grande parte, uma sociedade agrária de base aldeã, sem mudanças consideráveis até as grandes transformações técnicas e sociais desencadeadas pelo aumento do contato dos egípcios com os hicsos (séculos XVII-XVI a.C.). Assim, ainda no Reino Novo (séculos XVI-XI a.C.), nas estruturas comunitárias mais antigas – especialmente os conselhos que funcionavam nas aldeias e povoados do Egito –, mulheres e homens participavam em forma bastante igualitária na gestão dos assuntos comuns (Cardoso, 2007, p. 29-30).

### **Algumas considerações sobre a esfera pública e privada**

Em razão das características da sociedade egípcia, os produtos que circulam no âmbito doméstico são restritos, pois nem todos têm acesso aos recursos disponíveis e aos resultados da produção social. Quando reafirmamos que a lógica estatal partia do princípio do “descentramento”, no qual a antítese entre centralidade e fragmentação é superada pela lógica de que o poder central se fortalece por meio dos poderes locais, acreditamos superar as indagações dos “formalistas”, como, por exemplo, Barry Kemp (1996), que transfere para o Egito Antigo uma indagação a

partir do funcionamento das sociedades modernas, cujo tipo de preocupação entre o público e o privado não se fazia presente no Egito Antigo. Ora, como dissemos, a lógica estatal egípcia se ampara e se articula com a lógica do parentesco. Em uma relação dialética, o poder central se materializava por meio dos poderes locais, enquanto o contrário também era verdadeiro (Frizzo, 2016, 100). O antagonismo proposto por Kemp não cabe na lógica social da organização estatal. Kemp

Nesse diapasão, a presença dos mercados ao ar livre (*mryt*) na sociedade egípcia, evidenciada em fontes iconográficas e textuais, nas quais apareciam trocas de produtos feitos em casa por mulheres, mas também a presença de aldeões negociando legumes, frutas, peixes, tecido, pães, cerveja; serviços como cortes de cabelo; produtos artesanais, como sandálias; é compatível com o modelo redistributivo, posto que estas formas de troca, realizadas nos mercados abertos, mantinham as relações e os valores sociais existentes. As equivalências entre unidades entre unidades de diferentes bens resultavam das condições já existentes na sociedade e seguiam a lógica do *preço justo*. Portanto, as rendas e os ganhos eram decorrentes do status e padrões de vida estavam contidos nas equivalências.

Jerome Maucourant, (2008) ao analisar as práticas monetárias e o individualismo no Egito antigo, em uma perspectiva institucionalista, considera o dinheiro como uma obrigação social. Apesar de aceitar a existência de trocas descentralizadas, o autor defende a presença de “circuito duplo” da economia faraônica, particularmente, em Deir El Medina, no qual o Estado faz empréstimos sem juros para a comunidade fortalecendo sua rede de distribuição e ignorando o lucro. O segundo sistema, perfeitamente paralelo com o anterior, é a distribuição de salários, mas não sujeito às “leis do mercado”. A hipótese de um "circuito duplo" estruturar a economia faraônica tem uma consequência importante do ponto de vista teórico. Maucourant vê neste circuito a presença de um “micropoder”, cujo princípio é o que vincula o devedor ao credor. Assim, a multiplicidade de contratos entre os indivíduos, a vontade sistemática de escrever dos escribas do Estado, tudo isso mostra um sistema monetário em ação, produto das exigências fiscais, de contar os homens, codificar a relação da comunidade humana e manifestações da divindade. A abstração monetária pensa a equivalência possível entre as coisas. Um movimento geral de individualização causou ondas de intercâmbio entre instituições, e entre os próprios homens desde o Reino Antigo, fora do circuito estatal, que funda o nascimento de uma sociedade civil, que se de

fato limita o poder central, por outro lado, não leva a moeda a encontrar em si sua própria lógica. (Maucourant, 2008, p. 172-189).

Portanto, no Egito Antigo, ao lado da troca do dom e da troca social, uma forma de intercâmbio mais “neutra”, mais utilitária, mais individual e impessoal estava presente. No entanto, mesmo se há algo próximo da despersonalização, o mercado é um encontro entre pessoas e não entre duas funções, que não se contrapõe à lógica da reciprocidade, mas sim a complementa, pois ele é apenas mais um espaço de trocas de produtos que circulavam na esfera privada sem afetar a estrutura geral do sistema.

É verdade que o Estado não atendia a todas as demandas do setor privado, mas a pergunta é: para a manutenção do Estado - amparada no fluxo de uma significativa quantidade de excedentes - esses tipos de troca no setor privado o enfraqueciam? A resposta é não, pois a relação entre o setor público e privado na sociedade estatal faraônica não passava pelo obliteramento absoluto de um pelo outro, mas pela subsunção do setor privado pelo setor público.

A hegemonia estatal, com todo o seu intrincamento de relações no seio da elite, se sustenta na moldura ideológica - religião - de que nada mudou em relação à ordem social do período tribal, quando, na verdade, houve uma transmutação dessa ordem em favor do setor público. Assim a redistribuição foi, no Egito Antigo, uma forma de reciprocidade vertical, amparada em equivalências, em que os aspectos materiais e simbólicos da reciprocidade pré-estatal são reapropriados em benefício de um aparelho estatal, formado por uma classe dominante que se utiliza de maneira eficaz dos elementos da reciprocidade tribal. Apropriação e ressignificação não significam que esta reciprocidade vertical - redistribuição - seja marcada pela harmonia. O estado faraônico se utiliza da lógica de reciprocidade, tanto no interior do Estado quanto frente ao restante da população e na política externa para assegurar sua hegemonia e reprodução, se utilizando do monopólio da violência. Concomitantemente, esse sistema apresenta suas contradições internas, pois as comunidades aldeãs também estão eivadas de conflitos, contendidas, que remetem ao patronato e aos tribunais locais e ambições dos chefes locais que procuram aumentar seu poder, às vezes, em contradição com o poder central, mas não colocando o sistema estatal como um todo em xeque.

## **Conclusão**

Este artigo revela como o nascimento das transações econômicas no Egito Antigo guarda afinidade e aprofunda a perspectiva substantivista quando associa a redistribuição com o nascimento de atividades econômicas, amparada em equivalências, como uma reciprocidade vertical. Ao investigar a reciprocidade e as trocas no âmbito da longa duração, procuramos interrogar a articulação das sociabilidades presentes no Egito pré-dinástico e estatal para mostrar que as sociedades pré-capitalistas apresentam uma diversidade muito grande de trocas, com características diversas.

Polanyi enfatiza que as formas de integração não representam etapas de desenvolvimento, já que elas não implicam nenhuma ordem de sucessão no tempo. Junto com a forma dominante, podem aparecer várias formas subordinadas, podendo a forma dominante sofrer eclipses e reaparições (Polanyi, 1976, p. 301). O modelo polanyiano tem sido muito criticado pelo caráter a-histórico de sua teoria, que está intrinsecamente relacionada com a tendência, na primeira metade do século XX, de proximidade da Antropologia com as ciências naturais e seu pouco contato com a História. Esta tendência se confirma pela sua crença de que a reciprocidade e a redistribuição foram concebidas como entidades (ou eternidades) harmoniosas imunes às mudanças históricas (Nafissi, 2005, p. 166-167).

Contudo os aspectos ideologizados de seu modelo, em particular, sua influência socialista, também o induziram a exageros, levando-o a afirmar que, em sociedades pré-industriais, a alocação de recursos se dava somente por meio da redistribuição e reciprocidade, sendo as trocas realizadas em mercados em que predominasse a lei da oferta e da procura inexistentes e dominantes somente a partir do século XIX. Pesquisas recentes têm mostrado a existência de mercados no mundo antigo, inclusive com características de flutuação de preços, impessoalidade e uma mentalidade voltada para o cálculo. Contudo isto não significa classificar tais sociedades antigas como mercantis no sentido moderno do termo, porque o grau de integração de seus mercados e o caráter cultural atribuído às suas atividades de intercâmbio, articulado com seu modo de produção, são diferentes.

## Referências bibliográficas

BLEIBERG, E. *The official gift in Ancient Egypt*. Norman, Ok: University of Oklahoma Press. 1996.

CAMPAGNO, M. De los modos de organización social em el Antiguo Egipto: lógica de parentesco, lógica de Estado. In CAMPAGNO, M. *Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006, p. 18-35.

CARDOSO, C. O Egito e o antigo oriente próximo na segunda metade do segundo milênio a.C.: um olhar sobre os dons e contradons entre governantes no apogeu da idade do bronze. IN: CARVALHO, A. *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004, p. 95-125.

\_\_\_\_\_. *Egipto Antigo*. Niterói, 2007, p. 29-30. Texto de aula da disciplina História Antiga.

CARVALHO, A. G. *Historiografia e Paradigmas*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

\_\_\_\_\_. *A economia antiga. História e Historiografia*. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2011.

DAVID, R. *Religião e magia no antigo Egito*. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

EYRE, C. Reciprocity, Retribution and feud. In: COLLOMBERT, P.; LEFÈVRE, D.; POLIS, S; WINAND, J. (Eds.). *Aere perennius. Mélanges égyptologiques en l'honneur de Pascal Vernus*. Leuven: Peeters, 2016, p. 163-179.

FRIZZO, F. *Estado, império e exploração econômica no Egito do Reino Novo*. 2016. 401 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

GODELIER, M. Karl Polanyi et la “place changeante” de l’économie dans les sociétés”. IN: \_\_\_\_\_. *L’idéal et le matériel*. Pensée, économies, sociétés. Paris: Fayard, 1984.

\_\_\_\_\_. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Antropologia y economia*. Barcelona: Anagrama. 1976.

\_\_\_\_\_. *Horizontes da antropologia*. Lisboa: edições 70, 1977.

JANSEN, J. J. Gift-Giving in Ancient Egypt as an Economic Feature. *The Journal of Egyptian Archeology*, v. 68, 1982, p. 253-258.

\_\_\_\_\_. Debts and Credit in the New Kingdom. *The Journal of Egyptian Archeology*, v. 80, 1994, p. 129-136.

KEMP, B. *El Antiguo Egipto*. Anatomia de uma civilização. Barcelona: Crítica, 1996.

MAUCOURANT, J. Pratiques monétaires et individu en Égypte ancienne aux III et II millénaires avant notre ère. In: Pour une économie historique de la monnaie. Recueil de travaux MONETA: WETTEREN, 2008, p. 172-189.

NAFISSI, M. *Ancient Athens & Modern Ideology*. Value, theory & evidence in historical sciences. Max Weber, Karl Polanyi & Moses Finley. London: Institute of classical studies, 2005, p. 166-167.

PELLINI, R. Reciprocidade e redistribuição no Egito antigo durante o Reino Novo. *Revista do Museu arqueologia e etnologia*, São Paulo, n. 12, 2000, p. 143-163.

POLANYI, K. *The livelihood of man*. New York; San Francisco; London: Academic press, 1977, p. XVIII.

\_\_\_\_\_. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, K.; ARENSBERG, M.; PEARSON, H. W. *Comercio y mercado en los imperios antiguos*. Tradução de Alberto Nicolás. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.

STANFIELD, J. R. *The economic thought of Karl Polanyi: lives and livelihood*. London: The Macmillan Press, 1986.

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.5, n.1 - 2020.1. p. 20-42**

**DOI: 10.34024/herodoto.2020.v5.11779**

